



JOSÉ TADEU JORGE FALA SOBRE SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

JOSÉ JORGE TADEU SPEAKS ABOUT THE BRAZILIAN EDUCATIONAL SYSTEM



“Acho que a prioridade do país no que diz respeito a ações efetivas deveria ter como alvo a educação infantil” (José Tadeu Jorge).

*José Tadeu Jorge¹
Maria Alice Cruz de Paula²*

Crianças de 4 anos têm de estar, obrigatoriamente, matriculadas em alguma escola desde a abertura do ano letivo de 2016, de acordo com a Lei de Diretrizes de Bases (LDB), mas a Educação está preparada para recebê-las? Um dos aspectos importantes para garantir qualidade do ensino ao longo da vida acadêmica destes novos escolares é a ampla compreensão do sistema educacional brasileiro, o qual ainda reserva alguns mistérios para a sociedade e até mesmo a profissionais diariamente entregues ao ofício de ensinar. Para o reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge, o sistema deve ser compreendido como um todo, e não como etapas avulsas, sem esquecer que este todo tem início na educação infantil.

Uma das mudanças necessárias, para Tadeu Jorge, é aprimorar a educação infantil brasileira, a qual, conforme o reitor, deve servir de alicerce para toda a trajetória acadêmica de uma pessoa.

Para Tadeu Jorge, os primeiros passos na formação educacional devem ser motivados por uma estrutura altamente qualificada, que tenha como foco a criança, e não aquela visão assistencialista, com a qual creches e pré-escolas foram criadas, para pais e mães “acomodarem” os filhos enquanto se dedicam à rotina de trabalho.

Em entrevista a *Maria Alice Cruz de Paula*, o reitor analisa o comportamento da sociedade, de profissionais da área e do governo diante do atual sistema de educação e lembra que a

¹ Professor titular da Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI) e atual Reitor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) pelo período: 2013-2017.

² Graduação em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Jornalista do Grupo Gestor de Benefícios Sociais (GGBS) da Universidade Estadual de Campinas. Especialista em Jornalismo Científico pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da UNICAMP. Campinas, SP. E-mail: halice@unicamp.br

Submetido em: 14/01/2016 – **Aceito em:** 04/03/2015.

universalização do ensino médio, também implantada em 2016, deve estar aliada a uma proposta de melhoria da qualidade.

Maria Alice Cruz de Paula – Como tornar claro à sociedade o funcionamento do sistema educacional brasileiro?

Temos de começar entendendo claramente quais as dificuldades do País na questão da educação. Na avaliação que faço, o principal problema é a falta de compreensão de como deveria funcionar o sistema educacional. O conceito de sistema é fundamental para resolver a questão. E o que caracteriza um sistema é que cada etapa sempre depende da anterior e serve de base para a seguinte. Não tem como pular ou queimar etapas.

Começamos na educação infantil, com creches e pré-escolas. Seguimos para o fundamental e, depois, o ensino médio, com profissionalização ou não, chegando, posteriormente, ao ensino superior (inclusive aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e educação continuada). Trata-se de um sistema aberto, ou seja, não fecha, não termina, continua-se aprendendo até o final da vida.

Sempre que se analisam as deficiências da educação no Brasil temos que pensar em qualificar cada uma das etapas e é óbvio que se há compreensão correta, o início disso tem de ser na educação infantil. Principalmente pelo fato de ser a idade em que a pessoa apresenta a maior capacidade de absorção de aprendizagem intuitiva. Algo concretamente demonstrado por estudos psicológicos é que na faixa dos 2 aos 6 anos de idade a criança tem maior capacidade de aprendizagem. É aí que se concentra o processo de aprender, de acumular conhecimento. Se pula esta etapa, infelizmente, será muito difícil recuperar depois. Se a criança chega ao ensino fundamental sem passar por um processo de aprendizagem na educação infantil, não conseguirá resgatar o que perdeu dessa fase da vida e da capacidade de aprender intuitivamente, o alicerce do processo de construção do conhecimento estará comprometido.

Maria Alice Cruz de Paula – As tentativas de melhorar as etapas posteriores não garantem soluções?

Há inúmeras tentativas de resolver problemas do ensino fundamental, do médio e da universidade, onde a dificuldade de equacionar as questões é enorme e exige muito mais investimento para obter poucos resultados de qualificação das pessoas em termos de educação.

É indispensável que todos entendam que a educação brasileira tem de começar a ser discutida e qualificada pela educação infantil. Não tem outra saída. Se não equacionarmos essa questão, não resolveremos os problemas da educação brasileira.

Maria Alice Cruz de Paula – Quer dizer que não adianta a universalização da escola infantil a partir dos 4 anos, a vigorar a partir de 2016, sem uma reformulação do que já é oferecido?

O ensino fundamental já era obrigatório dos 6 aos 14 anos. Isso existe há muito tempo e não resolveu o problema fundamentalmente porque não é aí que começa a solução das questões relacionadas à educação. Infelizmente, a taxa de cobertura da educação infantil é muito baixa. O número de crianças atendidas nas creches ainda é muito pequeno.

Mas não basta somente colocar a criança na escola. Esta condição é essencial, mas não é suficiente. É preciso que tenha qualidade. É preciso que a escola tenha em sua estrutura projeto político e pedagógico adequado e consistente, e, principalmente, tenha bons professores, especialistas e outros bons profissionais que possam atuar em cada etapa da educação.

Maria Alice Cruz de Paula – Há uma preocupação antiga em facilitar a rotina dos pais no trabalho, mais do que propriamente com aquilo que o aluno receberá na escola, quando o ator principal deveria ser a criança, não é?

O foco, sem dúvida nenhuma, é a criança. Há toda uma história ainda com raízes culturais muito fortes. No Brasil, a educação infantil nasce como uma necessidade dos pais que não tinham onde deixar as crianças enquanto trabalhavam. Então, nasce com uma forte visão assistencialista, na qual se buscava resolver o problema dos pais e não das crianças. Isso perdurou por muitas décadas, até que a evolução do conhecimento sobre educação demonstrou que a orientação estava errada. Claro que precisa de uma alternativa para o pai ou a mãe poder trabalhar. Para constituírem sua vida é importante ter uma opção, mas não pode ser este o motivo maior pelo qual uma criança é matriculada na educação infantil, pois é ali que ela terá o início de sua formação como pessoa e o alicerce será construído. A trajetória dela na educação depende disso.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação, prestes a comemorar 20 anos, consagrou o entendimento de que o foco é a criança. Até hoje, infelizmente, parcelas da população não têm a compreensão de que a educação infantil deve prover educação e não assistência como missão mais essencial. Ainda em alguns setores da sociedade brasileira, não há clareza sobre isso. Surpreendentemente, a alguns setores que formulam a educação, também não. Quando se entende que a educação infantil é assistência isso impede de alinhar o sistema como um todo. Além disso, é preciso compreender que é um sistema. Então, entendo que a prioridade do País, as ações efetivas deveriam ter como alvo o equacionamento definitivo dessas questões.

Maria Alice Cruz de Paula – Mas o que fazer com quem já se encontra no sistema e carrega esse déficit em sua trajetória acadêmica?

Se efetivamente quisermos melhorar a educação brasileira, temos de “esquecer” uma geração. Fazer com que essa geração siga a sequência da melhor maneira que for possível. É muito triste dizer isso, mas não há outra alternativa. Resultados qualitativos em educação demandam tempo, demoram uma geração para ocorrer. Corrigida e adequada a educação infantil, passamos às etapas seguintes do sistema educacional, adequando-as e qualificando-as. Só assim teremos a consolidação de um processo educacional de qualidade em nosso país.

Maria Alice Cruz de Paula – Quando se fala em educação infantil brasileira, refere-se a todas as iniciativas: pública e privada?

É geral, vale para toda a educação, tanto pública quanto privada. No caso da educação infantil, por determinação constitucional, a responsabilidade é sempre dos municípios. Estado e Federação não interferem de maneira direta com atribuição de responsabilidade.

Maria Alice Cruz de Paula – E esta é uma informação que nem toda a sociedade tem...

É uma informação pouco disseminada e isso cria um efeito perverso, porque no Brasil há certa mania de dizer “não é comigo”. Então fica uma discussão sobre de quem é a responsabilidade e isso não traz resultado para a educação avançar positivamente.

No caso da educação infantil, o que a constituição tentou dizer foi que a base acontece no lugar político mais próximo da pessoa. Isso é correto, do ponto de vista conceitual. Atribuir a responsabilidade à prefeitura é algo que faz sentido na etapa inicial do processo porque ela está mais próxima da vida das pessoas. Do ponto de vista teórico, isso faz todo sentido, mas não é responsabilidade no sentido de que os outros entes não têm nada a ver com o assunto. Na formulação de políticas públicas é importante a presença do Estado e da federação. Até porque o sistema educacional tem normatização federal, e boa parte desse sistema tem responsabilidade estadual. Não dá para ficar tentando transferir responsabilidades de um ente para outro.

Há um problema na constituição brasileira em relação aos anos iniciais e finais do ensino fundamental, que a constituição prevê uma responsabilidade compartilhada entre estado e município. É um erro e precisa urgentemente ser corrigido. É natural que anos iniciais seja mais atribuição dos municípios. Por uma razão muito simples: a educação infantil começa com a criança tendo um professor como referência única na escola. Depois, há uma transição para os anos finais, onde a criança já tem discernimento para entender que são várias referências, áreas distintas e vários professores. E que cada um sabe ensinar melhor

na sua área. Isso é mais semelhante àquilo que existe no ensino médio. O ensino médio como competência do Estado é algo bastante adequado.

Hoje em Campinas temos escolas do ensino fundamental tanto do município quanto do Estado. Estes níveis de ensino têm valores diferentes, projetos políticos e pedagógicos diferentes, visões distintas. Isso não deveria ser assim.

Maria Alice Cruz de Paula – Em discussões de avaliação escolar, percebe-se a existência de regionalização no que diz respeito à atenção às escolas. Enquanto um representante de determinada região da cidade relata problemas sobre projeto pedagógico, o de outra região apresenta questões de estrutura física. É uma realidade?

Há problemas muito sérios no ensino fundamental. Provocados e ainda existentes pela maneira como foi feita a universalização desta etapa. Para analisar qualidade, precisa analisar três blocos de coisas. Se garantir qualidade nessas três coisas certamente a escola será boa. Você precisa de infraestrutura adequada, projeto político e pedagógico pertinente e eficiente, e bons professores. Só isso. Só essas três coisas.

O que aconteceu na universalização? Quebrou-se de maneira visível a questão da infraestrutura para colocar todo mundo na escola, construiu-se escola ou se instalou escolas em espaços absolutamente inadequados. Há escolas em áreas de proteção ambiental. Tem escolas que quando chove, inunda, pois estão construídas ao lado de um rio. A estrutura física da escola é de quinta categoria. Com evolução da tecnologia, as escolas não tinham condições para receber seus alunos. Não tinham instalações adequadas nem de energia, nem de água e esgoto. Assim quebra-se um pé do tripé que, na maioria dos lugares, não foi concertado até hoje. Há enormes dificuldades de infraestrutura no Estado, mas principalmente em unidades dos municípios.

Maria Alice Cruz de Paula – Soma-se a isso a desvalorização salarial...

Infelizmente, a inadequação está associada à política de deterioração salarial dos professores. Quebra-se outra perna do tripé, que é ter bom professores. Para ter bons docentes precisa atraí-los, precisa ter valorização do trabalho. Projeto político pedagógico é fácil elaborar do ponto de vista conceitual, mas o projeto teórico não é suficiente. Ele precisa estar de acordo com a natureza da escola e olhar para o ambiente em que as crianças vivem. Fazer isso exige conhecimento. Se tiver tudo isso no ensino fundamental, melhora, mas é necessário que o aluno tenha a base do infantil.

Maria Alice Cruz de Paula – A falta de especialistas nas escolas prejudica a qualidade no ensino fundamental?

É indispensável que o professor tenha formação adequada para ministrar as aulas. A maior dificuldade está na área de ciências, no ensino fundamental, e de matemática, física,

química, no ensino médio. Mas, de certa forma, a deficiência aparece em todas as áreas. A quantidade de professoras que poderiam se dedicar à educação é reduzida pela falta de qualidade dos salários.

Maria Alice Cruz de Paula – Como a Universidade poderia contribuir para a melhoria do sistema e também com pesquisas que possam inspirar políticas públicas para a educação?

Na verdade, o que a Universidade mais faz é a formação de professores. Mas não adianta somente graduar professores. Formamos um número razoável, mas eles não vão trabalhar na educação. E aí não é a universidade que tem de resolver esta questão.

No que diz respeito à formulação de políticas públicas, há uma quantidade enorme de informações disponíveis na universidade e que poderiam contribuir significativamente para ancorar medidas concretas de melhorias em todos os níveis educacionais.

Você se referiu ao Plano Nacional de Educação, ele é bastante adequado, mas precisa tirar do papel.

Em geral, quando se tem carências múltiplas, como é o caso do sistema educacional brasileiro, elas permeiam todas as etapas do sistema. É absolutamente certo que não terá dinheiro para resolver tudo ao mesmo tempo. Aí que a questão é vital: o que vai priorizar? Em minha opinião, tem de priorizar a educação infantil. Esquece um pouco a tentativa de corrigir os outros andares e minimamente tenta conduzi-los da melhor forma possível a partir do que existe hoje, mas conserta, corrige, implanta, definitivamente, uma educação infantil de qualidade.

Talvez o Brasil não tenha, por aspectos políticos e culturais, a frieza de encarar uma definição como outros países fizeram. Esquece o passado, vamos consertar a partir de agora. Prioridade para a educação infantil e as etapas posteriores da melhor forma que for possível. Depois, para o ensino fundamental e, mais à frente, para o ensino médio. À medida que a geração for caminhando, o problema da educação será, qualitativamente, resolvido. A concepção todos têm. A questão é tornar realidade.

Maria Alice Cruz de Paula – Como fica, diante disso tudo, a universalização do ensino médio?

É importante que se crie a cultura da obrigatoriedade. Porque demora. Até hoje 2% das crianças estão fora do ensino fundamental, embora a lei obrigue os pais a levarem o filho para a escola. Qual o melhor método? Que todos tenham consciência de que a criança precisa ir para a escola.

Universalizar o ensino médio é uma boa medida, mas a qualidade que os alunos encontrarão ainda estará muito aquém da que se considera ideal.

O papel social de uma política pública de educação é algo indispensável. Os países, dos mais pobres aos mais ricos, têm políticas em educação. Num sistema organizado, há sistemas de bolsas desde o ensino médio e com componentes profissionalizantes.

Um aspecto pouco compreendido no Brasil é que o ensino médio pode ser terminativo do ponto de vista profissional.

Maria Alice Cruz de Paula – Há certo preconceito com a formação técnica?

Você pega um país como a Alemanha, não existe isso. Formação de nível médio ou técnico é respeitada. Tecnólogos são supervalorizados do ponto de vista do trabalho e da cultura do país. Não há necessidade de todo mundo chegar à universidade para adquirir competência profissional que permita sustento de sua família. Esta é uma coisa que a política educacional poderia trabalhar de maneira adequada. Passa um pouco pela obrigatoriedade de estar na escola até o fim do ensino médio. Isso pode ajudar muitas pessoas a encontrarem um mecanismo que permita, ao mesmo em tempo em que educa, inserir no mercado de trabalho.

